

João Marcelo E. Maia

Espaço, teoria social e pensamento brasileiro

Este artigo procura situar teoricamente uma agenda de pesquisa que venho desenvolvendo desde meu doutoramento (Maia, 2006)¹ e que se orienta para uma discussão sobre o estatuto do espaço na teoria social e no pensamento brasileiro. Uma das hipóteses que sustentei ao longo desse percurso diz respeito à possibilidade de interpretarmos as imagens espaciais como modos de cognição da vida social, e não apenas categorias descritivas de cenários físicos “realmente existentes”. Em outras palavras, categorias como “sertão”, “deserto” e “fronteira” escapam à simples denotação de lugares geográficos, constituindo-se em formas argumentativas que produzem indícios para teorizações mais amplas sobre a modernidade e seus arranjos. Além disso, sustento que essas imagens têm excepcional centralidade em sociedades não centrais, que se constituíram nas margens da modernidade europeia clássica e se viram às voltas com a organização de vastos territórios desco-

João Marcelo Ehlert Maia é pesquisador do Centro de Pesquisa e Documentação em História do Brasil Contemporâneo (CPDOC/FGV). Email: joao.maia@fgv.br.

nhecidos e não ordenados pela regulação cívico-urbana. No caso do Brasil, a centralidade dessas categorias no nosso pensamento social clássico e moderno é evidência dessa relação e do modo como a teorização sobre o processo civilizador brasileiro nutre-se, em larga medida, de inquirições sobre os territórios ignotos que marcam nossa formação. O presente texto apresenta alguns argumentos que possam sustentar essas hipóteses, além de oferecer alguns exemplos de trabalhos que vêm explorando esse percurso de forma produtiva.

O texto está estruturado da seguinte maneira: inicialmente, faço uma discussão sobre o lugar clássico ocupado pelo espaço na teoria social, sugerindo que é possível ver nessa categoria um potencial analítico não contido pelo registro geográfico. A seguir, evidencio a dimensão singular que o tema ocupa na imaginação periférica, o que inclui as experiências americana, brasileira e russa. Finalmente, apresento uma breve discussão baseada em pesquisas orientadas para o campo do pensamento social que abrem possibilidades interpretativas amplas.

Espaço e teoria social

Em boa parte das reflexões oriundas do campo das ciências sociais, o tempo sempre pareceu ser a categoria determinante. Na imaginação moderna, o espaço parecia antes uma resistência, uma trincheira da tradição destinada a ser varrida pelos personagens e forças próprias de novas experiências sociais: o capital, a luta de classes, o capitalismo, o socialismo. Nesse registro, a economia explicativa da modernidade parecia apontar para a dinâmica temporal como chave para a decifração dos fenômenos sociais. Se ficarmos apenas em duas linhas mestras da tradição sociológica, a weberiana e a marxista, perceberemos que conceitos como carisma, mercado, revolução, luta de classes e outros tantos dizem respeito a processos de transformação histórica animados por lógicas de conflito que poderiam se desenrolar em quaisquer cenários geo-

gráficos. Trata-se de uma visão do drama moderno centrada no aprofundamento das energias sociais acumuladas e na sua disseminação – a consciência de classe ou a ética protestante, por exemplo. O espaço, por sua vez, parecia ficar relegado ao domínio da Geografia como campo de saber específico, expandindo-se, no máximo, para as fronteiras da historiografia, em especial aquela animada por Braudel.

Contudo, uma observação mais criteriosa revela que o espaço permaneceu como categoria relevante na imaginação social ocidental, trabalhada das mais diversas formas. Desde Montesquieu até os estudos de ecologia urbana produzidos sob a égide da Escola de Chicago, o tema espacial mostrou-se atraente para inúmeros pensadores, como a nos lembrar que não é corpo estranho nesta experiência histórica específica.

No século XIX, algumas vertentes do pensamento científico se voltaram para uma observação mais criteriosa do tema espacial. Refiro-me ao cenário intelectual europeu do século XIX, marcado pelas reflexões de Ratzel, Taine, Buckle e outros que formataram um discurso sobre a relevância do espaço como categoria de explicação científica. Esse discurso desaguou na disciplinada Geografia e na produção de uma série de mecanismos teóricos reunidos sobre a alcunha de “determinismo geográfico”.

A figura do geógrafo Friedrich Ratzel (1844-1904) encarna o propósito de tornar o espaço uma variável independente, capaz de explicar homens e costumes. Nessa perspectiva, o tema da diversidade seria capturado pelo esquadramento científico das realidades físicas que poderiam exercer influências diretas ou indiretas. Segundo Ellen Semple (1911), intérprete pioneira da obra de Ratzel, essa notação do homem como produto da superfície terrestre implicaria outra visão sobre o processo civilizador, na qual tal processo seria caracterizado não como pura emancipação do homem em relação à natureza, mas como um aumento da sofisticação e da elasticidade dessa conexão. A chamada antropogeografia

de Ratzel, entretanto, não exerceu efeito imediato sobre os intelectuais brasileiros, ao contrário das teorias deterministas do filósofo francês Hippolyte Taine.

Herdeiro do positivismo francês, erudito de largo reconhecimento no segundo quartel do século XIX, Taine (1828-1893) notabilizou-se por um pensamento com fortes traços deterministas. Encastelado numa posição temerosa dos fenômenos da democratização e da emergência de uma sociedade de massas, e fortemente impressionado com a ruptura introduzida por Darwin, Taine escreveu uma longa e influente série de estudos sobre a história da França na qual as categorias de raça e meio exerciam peso decisivo na interpretação. O impacto de sua obra deveu-se a sua insistência em delimitar um arcabouço interpretativo geográfico para estudar os fenômenos históricos. Instrumental semelhante serviu de ferramenta para Henry Thomas Buckle (1821-1863), cujas formulações sobre as relações entre natureza e civilização também encontraram repercussão em terras brasileiras. Afinal, a primeira seção de *História da Literatura Brasileira*, de Sílvio Romero, é constituída, em parte, por um diálogo crítico com Buckle, para quem as possibilidades de uma vida civil razoável nas Américas encontrariam fortes obstáculos nas condições geográficas do continente, marcadas pelo gigantismo e pela natureza opressora.

De diferentes maneiras, Taine, Buckle e Ratzel produzem uma física do espaço eivada de certo determinismo que se apodera da reflexão social e pretende rejeitar formulações metafísicas. Para esses autores, tratar-se-ia, portanto, de dominar o espaço, encaixá-lo como variável independente nos seus respectivos quadros teóricos e apresentar uma moldura que decifrasse analiticamente a diversidade do fenômeno moral. O par espaço-moralidade esgotar-se-ia nesse procedimento.

Um outro exemplar do dito pensamento geográfico nos ajuda a ampliar essa formulação. Refiro-me aos escritos de Alexander von Humboldt, que escapam a uma mera “física” do espaço. Segundo

Lúcia Ricotta (2003), a ciência tal como praticada pelo naturalista alemão constituía um projeto no qual a estética ocupava papel fundamental. Mais do que classificar e analisar fenômenos, e dominá-los com o recurso a uma razão instrumental, tratava-se de possibilitar a comunicação da experiência com a natureza. É isso que permite à autora apontar para o sentido da linguagem poética elaborada por Humboldt, que funciona tanto como “realização compensatória” (produzindo uma forma expressiva que permite a fruição de uma experiência estética com a natureza), quanto como “complementaridade”, que possibilita a visualização de dimensões não percebidas da experiência. Segundo a mesma autora,

Nos dois livros, obras-sínteses de Humboldt, *Quadros da Natureza (Ansichten der Natur)*, de 1808, e o *Cosmos*, o principal, a meu ver, é verificar como se constrói o olhar científico sobre o fenômeno natural. Como, em última instância, este olhar converte determinada realidade físico-espacial em imagem, isto é, em realidade visível, estética, paisagística. (RICOTTA, 2003: 16).

Essa percepção de que ciência e cientificismo não se confundem e que o século XIX é um período rico na exploração de fronteiras entre ciência e cultura não é exclusiva de Ricotta, por certo, e nem se restringe ao campo do pensamento geográfico de Humboldt. Wolf Lepenies (1996), ao analisar a história das disputas entre ciência social e literatura pela primazia na interpretação da sociedade e dos dilemas humanos, também chega a conclusões aproximadas. Segundo ele, fica evidente que tal embate foi encaminhado de diferentes formas na França, Inglaterra e Alemanha, resultando em distintas configurações sociológicas. Assim, enquanto a França conheceu a especialização universitária da sociologia e o seu enquadramento como uma ciência especializada e autônoma, a Inglaterra assistiu à apropriação do conhecimento sociológico pelo movimento reformista e pelas próprias agências estatais. Na Alemanha, a conhecida problemática que envolvia ciências da cultura e ciências naturais abriu espaço para que problemas próximos ao universo humboldtiano descrito por Ricotta surgissem no âmbito das ciências sociológicas.

Se voltarmos, agora, à questão da relação entre o pensamento ocidental e o tema do espaço, perceberemos que as sugestões de Ricotta e Lepenies auxiliam a conformação de um enquadramento mais amplo para a mesma. Neste sentido, a eleição do espaço como categoria central às ciências humanas significa pensá-lo como imagem carregada de significados que em muito extrapolam a circunscrição física referente.

A mobilização do espaço na produção de discursos sobre homens, culturas e sociedades guarda duas dimensões: por um lado, o espaço é variável determinante, como em boa parte do pensamento geográfico do século XIX, preocupado em classificar os meios físicos que possam produzir tipos específicos. Por outro lado, o tema espacial pode ser mobilizado por meio de metáforas e analogias, como fonte para a produção de imagens e comparações sobre o mundo social. Assim, noções como “deserto”, por exemplo, não significam exatamente um deserto específico, natural, passível de ser delimitado geograficamente, mas antes uma imagem associada a este tipo de experiência social. As sugestões de Raymond Williams (2000), por exemplo, apontam para essa segunda versão do tema espacial, mais atenta para a dimensão simbólica da relação entre paisagem e cultura. Faz-se necessário, entretanto, investigar mais detidamente essa relação.

Espaço e símbolo

O espaço pode ser pensado simbolicamente. Mas o que isso significa, em termos teóricos, e que possibilidades analíticas essa abordagem oferece? Para iniciar essa discussão, uma porta de entrada está em algumas formulações filosóficas a respeito da natureza do símbolo.

Em obra sobre a natureza das formas simbólicas, Ernest Cassirer (2001) mobiliza um arsenal filosófico kantiano para argumentar que as formas que estruturariam os dados sensíveis e objetivos

seriam produções espirituais, organizadas a partir de sistema relacional que não está dado de forma natural no mundo. Nesta chave, haveria uma evidente função simbólica humana, expressa de forma mais clara na linguagem. Para Cassirer, a linguagem não seria apenas expressão do sensível, ou uma mera tradução direta do real, mas uma forma que escaparia das determinações e seria capaz de produzir generalizações. Nos termos do autor, haveria uma dupla natureza das formas simbólicas. Ele explica,

Em cada “signo” lingüístico, em cada “imagem” mítica ou artística comparece um conteúdo espiritual, que, em si, transcende o sensorial, convertido à forma do sensível, audível, visível ou tangível. Surge um modo de configuração autônomo, uma atividade específica da consciência, que se distingue de todo dado da sensação ou percepção imediatas, e que no entanto se utiliza deste mesmo dado como veículo e meio de expressão. Com isso, o simbolismo “natural”, que, como vimos, se encontra estabelecido no caráter fundamental da consciência, é utilizado e conservado, por um lado, enquanto, por outro, é superado e depurado (CASSIRER, 2001: 62-63).

O potencial revelador das palavras (e não meramente reprodutor) foi levado a outros patamares pela tradição hermenêutica. Paul Ricoeur (1987) é um dos representantes dessa tradição, que dá grande destaque ao problema da interpretação do texto. No registro hermenêutico, a escritura só pode ser decifrada se a distância entre a produção original da mesma e suas posteriores leituras for situada como uma mediação central, que estrutura as próprias possibilidades abertas pela obra em questão. Isso permitiria a aceitação de uma autonomia semântica do texto, já que este não poderia ser aprisionado dentro dos limites da intenção original do autor e da situação a partir da qual ele é produzido. Nos termos de Ricoeur, “Graças à escrita, o homem e só o homem tem um mundo, e não apenas uma situação” (RICOEUR, 1987: 47). Note-se que o autor refere-se a “um mundo”, e não “ao mundo”, enfatizando com isso o potencial imaginativo presente na tarefa da interpretação hermenêutica. Com esse procedimento, ele reforça o potencial

criador da leitura, não por esta se apoiar num texto hipostasiado, mas pelo fato de que o próprio texto cria um mundo que não é limitado às fronteiras da situação empírica específica que lhe serve de suporte original. Ou seja, o que em Cassirer parecia ser decorrência da função simbólica do espírito humano, em Ricoeur transforma-se em produto de um diálogo inevitável entre texto e leitura, a partir do qual esta desvenda horizontes de experiência que transcenderiam o espaço mental do autor. Para os propósitos deste texto, ambos ajudam a caracterizar, de forma genérica, a função simbólica da categoria terra. Afinal, nos termos de Ricoeur,

O sentido de um texto não está por detrás do texto, mas à sua frente. Não é algo de oculto, mas algo de descoberto. O que importa compreender não é a situação inicial do discurso, mas o que aponta para um mundo possível, graças à referência não ostensiva do texto. Compreensão tem menos do que nunca a ver com o autor e a sua situação. Procura apreender as posições de mundo descortinadas pela referência do texto. Compreender um texto é seguir o seu movimento do sentido para referência: do que ele diz para aquilo de que fala. (Ibid: 99).

Mas como pensar a relação entre simbolismo e espaço, tema mais geral deste livro? Michel Foucault (2001) fornece pistas interessantes para o desenvolvimento dessa discussão. Em uma conferência proferida em 1967, ele sugeriu que a grande mania do século XIX seria a História, como se a humanidade pudesse ser pensada como uma seta percorrendo um sentido preciso. Não à toa, acrescento, aquele século foi o parteiro de todos os tipos de evolucionismo, desde a antropologia vitoriana inglesa até o darwinismo social, passando pela grande idéia força do marxismo. Essa prioridade dada à categoria tempo implicava também uma consagração do modelo civilizatório europeu. Nesta perspectiva, o tempo seria preenchido por uma lógica homogênea, e seria irreduzível ao particular.

Contudo, o espaço resistiu e resiste como categoria de interpretação. Hoje parece por demais evidente que os lugares não se ren-

dem à lógica uniformizadora que os confiantes homens do Oitocentos acreditavam ser inexorável. O predomínio das políticas da “diferença”, a rotinização do relativismo cultural e a propagação de teorias que ressaltam as singularidades são atestados da persistência do tema do “local”. Ainda na mesma conferência, Foucault observa que o século XX seria marcado pela lógica do espaço. Segundo ele,

Estamos em um momento em que o mundo se experimenta, acredito, menos como uma grande via que se desenvolveria através dos tempos do que como uma rede que religa pontos e que entrecruza sua trama. Talvez se pudesse dizer que certos conflitos ideológicos que animam as polêmicas de hoje se desencadeiam entre os piedosos descendentes do tempo e os habitantes encarniçados do espaço (FOUCAULT, 2001: 411).

Continuando seu argumento, Foucault afirma que utopias e heterotopias se combinariam na caracterização dos espaços. Enquanto as primeiras se refeririam a posicionamentos sem lugares reais, como projeções inexistentes no cotidiano, estas se encarnariam em lugares concretos, combinando desejos sociais ainda não realizados e objetos físicos disponíveis. Ou seja, um parque público, concebido sob a égide do Estado, pode combinar referências conhecidas, refletindo o repertório de imagens à disposição de uma dada sociedade, e mesclá-las com projeções utópicas sobre o modelo de uma boa sociedade, concebida idealmente por engenheiros e arquitetos. O espelho seria a metáfora perfeita para ilustrar as heterotopias. Ao mesmo tempo em que ele refletiria algo real, esse reflexo se projetaria num espaço existente apenas como virtualidade.

Note-se que o próprio pensamento geográfico incorporou uma percepção simbólica do tema do espaço, especialmente através do conceito de paisagem. Em artigo sobre o tema, Vera Melo (2001) argumenta que a década de 1970 teria marcado a retomada dos estudos mais propriamente culturais sobre a paisagem, em especial através de abordagens oriundas da fenomenologia. Desde en-

tão, leituras hermenêuticas e atentas ao caráter discursivo do fenômeno proliferaram, assim como estudos influenciados pelo marxismo inglês alimentado por Raymond Williams. Essas interpretações, de um modo geral, voltavam-se para a dimensão simbólica da paisagem e para sua produção social, passível de ser explicada como uma espécie de código animado por livros, pinturas, fotos e demais sinais expressivos humanos. É a esse aspecto que Edvânia Gomes (2001) se refere, ao dizer que “A paisagem é denotada pela morfologia e conotada pelo conteúdo e processo de captura e representação (...) A paisagem só existe a partir do indivíduo que a organiza, combina e promove arranjos do conteúdo e forma dos elementos e processos, num jogo de mosaicos” (GOMES, 2001: 30).

Mas é na obra de um historiador que essa abordagem simbólica ganha alcance explicativo e mesmo teórico. Em trabalho sobre as relações entre paisagem e memória, o historiador Simon Schama (1996) mostra como a natureza sempre teria sido moldada culturalmente. Na contramão de uma ingênua reflexão ecológica que vê o natural como uma entidade primitiva, supostamente autêntica, que teria sido poluída pelos artefatos mobilizados pelos homens, Schama argumenta que a natureza estaria relacionada de forma inescapável à cultura. Afinal, “(...) é nossa percepção transformadora que estabelece a diferença entre matéria bruta e paisagem” (SCHAMA, 1996: 23).

Ao longo de seu livro, o autor mobiliza diversos registros históricos para mostrar como a paisagem é produção intelectual humana, que reúne os referentes vislumbrados no cenário natural e organiza-os em imagens poderosas e metafóricas, que ganham vida e escapam à mera descrição do existente. Nas suas palavras,

Paisagem é cultura antes de ser natureza; um construto da imaginação projetado sobre mata, água, rocha. No entanto, cabe também reconhecer que, quando uma determinada idéia de paisagem, um mito, uma visão, se forma num lugar concreto, ela mistura categorias, torna-as metáforas mais reais que seus referentes, torna-se de fato parte do cenário (ibid: 70).

Extraem-se dessas discussões duas idéias sugestivas para pensar o tema deste texto: o espaço como metáfora, construção intelectual, e o espaço como agente potencializador, força viva a moldar a vida humana. Este segundo sentido, que tanta importância terá na obra de um dos mestres da nossa imaginação espacial, Euclides da Cunha, é evidenciado por Schama na seguinte passagem, dedicada a personagens que se notabilizaram pela produção de paisagens:

Ao escrever sobre o mundo gelado da Antártica, o escaldante sertão australiano, a transformação ecológica da Nova Inglaterra ou as guerras pela água no Oeste americano, autores como Stephen Pyne, William Cronon e Donald Worster realizaram a proeza de transformar uma topografia inanimada em agentes históricos com vida própria. Devolvendo à terra e ao clima o tipo de imprevisibilidade criativa convencionalmente reservada aos atores humanos, esses escritores criaram histórias nas quais o homem não é tudo (Ibid: 23).

Tais formulações encontram eco num dos clássicos da teoria sociológica. Nos seus escritos sobre o significado sociológico do espaço, Georg Simmel (1997) argumenta que este é categoria da imaginação, projetada como forma destinada a dar sentido às experiências sociais de interação. Fiel a sua sociologia das formas, Simmel sugere que o que importa para a análise social não é o espaço físico, mas a espacialização de processos sociológicos. Nesse registro, o espaço é pensado por analogia à obra de arte, como uma atividade humana que, através do fechamento e da ruptura introduzida entre o objeto e o mundo exterior, produz uma forma definida (na verdade, as formulações simmelianas devem muito à interpretação alemã da filosofia kantiana e suas postulações sobre o espaço-tempo como categorias aprioristas do entendimento humano, ou seja, como formas que organizam e dão sentido à experiência empírica, inacessível como “coisa em si”). Ao traçar este paralelo entre os limites de uma obra de arte e as fronteiras de um espaço, ele afirma que “A fronteira não é um fato espacial com conseqüências sociológicas, mas um fato sociológico que se forma espacialmente” (SIMMEL, 1997: 143).

Das formulações aqui descritas, retiro as seguintes sugestões: o espaço é cenário físico, por certo, geografia povoada de referentes. Mas é também metáfora ou imagem capaz de dar sentido às experiências sociais. Ou seja, mesmo quando diretamente referenciada numa realidade física imediata, uma imagem pode extrapolar essa dimensão e operar como uma idéia que encarne temas e problemas mais amplos. Não se trata, portanto, de postular apenas a dimensão cultural e simbólica envolvida na apreensão da paisagem ou do espaço (passo imprescindível para o encaminhamento do problema), mas de sustentar que esse simbolismo pode mesmo servir não só à representação de um lugar, mas a uma discussão teórica na qual o espaço se associe a certas qualidades ou propriedades de fenômenos de outra ordem. Como, então, essa conjunção entre imaginação simbólica e pensamento social pode ser vislumbrada na prática, e a que serve?

Espaços e imaginação periférica

A dimensão simbólica do espaço não é gratuita. Ela serve, principalmente, para a discussão de temas caros ao pensamento político ocidental. Para usar uma recorrente, mas ainda assim rentável expressão antropológica, o espaço é “bom para pensar”. Pode-se traçar este percurso na análise de Louis Althusser (1972) sobre a obra de Montesquieu. É famosa a distinção feita pelo nobre francês entre a planície, associada ao despotismo, e as regiões montanhosas, propícias ao desenvolvimento de povos livres. Por dedicar alguns dos capítulos de *O Espírito das Leis* ao estudo das relações necessárias entre os climas, solos e temperaturas e os hábitos e costumes dos povos, Montesquieu é por vezes considerado um dos fundadores da ciência social. Contudo, a análise feita por Althusser descortina outros aspectos, mais ricos e instigantes, dessa dimensão sociológica do pensamento do autor de *Cartas Persas*.

No caso das famosas páginas sobre o despotismo, Althusser leva o leitor gradualmente a perceber este regime como uma “idéia polí-

tica” que não pode ser circunscrita ao espaço físico real descrito no texto. Segundo ele, “É o governo das terras extremas, das extensões extremas, sob o mais ardente dos céus. É o governo-limite e o limite do governo”(ALTHUSSER, 1972: 107). Infere-se daí que o espaço vazio, condição básica do deserto que se estende pelas planícies orientais, é um espaço sem lugar, desmedido e infundável, porque privado de condições que produzam coesão social, ordenamento ou hierarquias. É um deserto inventado, por assim dizer, pelo déspota – “E o que o despotismo *instala* nas suas fronteiras é o próprio deserto, queimando as terras, mesmo as suas, para se isolar do mundo, proteger-se dos contágios e das invasões de que nada o pode guardar” (ibid: 113).

O deserto, geografia social do despotismo, seria, portanto, uma imagem carregada de significados, capaz de ser localizada mesmo na França. Um dos mais famosos clássicos do pensamento sul-americano, o *Facundo*, de Domingos Faustino Sarmiento, também emprega imagens espaciais para produzir uma reflexão sobre nossos dilemas. Assim, uma região real, o pampa gaúcho, povoada por personagens arredios, insolidários e avessos à uma sociabilidade cidadina, ecoa as regiões desérticas e despóticas desenhadas por Montesquieu. Uma leitura interessante dessa obra é fornecida por Antônio Mitre (2003). Em ensaio intitulado “A Parábola do Espelho. Identidade e Modernidade no *Facundo* de Sarmiento”, o autor relativiza a clássica dicotomia civilização e barbárie que, para muitos, marcaria a reflexão sarmientiana, apontando que ela não seria propriedade naturalista de regiões específicas. Ou seja, a barbárie não seria expressão intrínseca de uma ontologia americana, já que a construção epistêmica de Sarmiento seria racionalista, marcada por um processo introspectivo que buscaria em si mesmo a chave explicativa. Sua preocupação seria com o dilema moderno genérico, sem se preocupar com o tema da originalidade americana ou das manifestações fenomênicas da diversidade histórica. Nas palavras de Mitre, “Sob esta perspectiva, as noções de civilização e barbárie, em vez de aludir a espaços geográficos ou

históricos definidos, representam, pelo contrário, os ingredientes elementares que, em proporção variada, constituem a substância híbrida de toda modernidade” (MITRE, 2003: 46-47)

Mitre aponta para a substância racionalista do debate levantado por Sarmiento, que não pode ser reduzido às geografias particulares mobilizadas na obra. É claro que, com o aparecimento dos gaúchos, a barbárie se encarna na História e veste personagens específicos e delimitados regionalmente. Torna-se uma circunstância específica. Mas essa barbárie

Não é a utopia do reino perdido nem o canto de cisne de uma época, e menos ainda a encarnação do mal. É a linguagem ancestral da consciência sacudida por um novo tempo. A força terrível e fascinante que a Europa enterrou em suas cidades populosas mas que, transfigurada ou escondida, aninha-se em toda aventura civilizatória (ibid: 59).

Ao aproximarmos as leituras de Althusser sobre Montesquieu e de Mitre sobre Sarmiento, percebemos que o tema do espaço guarda dimensões que vão além dos domínios da Geografia. Uma dessas dimensões diz respeito à mobilização de imagens geográficas para a produção de narrativas e interpretações sobre a civilização e seus dilemas. O pampa gaúcho e as planícies do Oriente são recursos discursivos que permitem aos que os mobilizam o exercício de comparações cruciais para o refinamento de seus argumentos. Possibilitam a visualização da experiência humana e a definição de matrizes civilizatórias distintas, reconhecíveis ainda hoje na linguagem histórica: o “deserto”, a “fronteira” e, no caso específico do Brasil, o “sertão”.

Fenômeno semelhante também pode ser observado no caso da cidade, tida como imagem espacial por excelência da vida moderna e símbolo das principais formas de sociabilidade do período. Em texto sobre a vida urbana no pensamento europeu, Carl Schorske (2000) mostra como as percepções construídas sobre esse meio social passaram por três fases: a cidade como virtude, a cidade como vício e a cidade para além do bem e do mal. Se Voltaire e os

iluministas viam a cidade como centro de civilização e local do refinamento de maneiras e costumes, os poetas ingleses do século XVIII, como Blake, advertiam os homens sobre a degenerescência que grassava nos centros industriais. Somente após o impacto de Baudelaire na cultura francesa a cidade teria perdido suas conotações unívocas, passando a ser narrada como o ambíguo local das multidões, que ofereceria prazer e dor, individualidade e anonimato, constituindo-se num destino inescapável, que deveria ser experimentado intensamente. Mais do que um local situado no tempo – seja como um futuro civilizatório (na versão voltaireana), seja como uma traição aos valores do passado (na versão pastoral inglesa) –, a cidade teria atributos temporais, oferecendo momentos fugazes e instantâneos de experiência.

Note-se, contudo, que a imaginação espacial ganha cores singulares na periferia, onde os temas clássicos da modernidade européia foram reinterpretados e a experiência urbana sempre foi vista como uma espécie de “fantasmagoria”. Marshall Berman (1986), por exemplo, utiliza a categoria “modernismo do subdesenvolvimento” para decifrar o caminho da modernização russa. Ao caracterizar a cidade sede do sonho ocidentalizante, Petersburgo, como uma cidade criada pelo pensamento, sugere que, na Rússia, a vida urbana teria sido introduzida como uma utopia, um desenho inscrito no real. Esse aspecto teria dotado a modernidade periférica de um aspecto mais escandaloso e exagerado – porque não dizer, barroco. Angel Rama (1985), em sua obra clássica sobre a América Latina, segue perspectiva aparentada e observa que a cidade nessa região seria pensada como um ativismo organizador da Idéia, movimento do discurso letrado para organizar a vida nativa. Na sua interpretação do tema, José Luiz Romero (2004) mostra como as cidades aqui teriam passado por diversas fases, transformando-se sempre sob os influxos da ocidentalização. Um de seus argumentos interessantes diz respeito à confluência entre uma dimensão heterônoma da cidade, encarnada no ato de fundação política dessas localidades, e um ritmo autônomo de desenvolvimento. É

dessa tensão constante – entre uma vontade colonial que inventa sobre o nada e a erupção de grupos e formas de vida subterrâneos – que se nutriria a cidade na América Latina.

As clássicas narrativas de Sérgio Buarque de Holanda (1995) em *Raízes do Brasil* sobre as distintas direções colonizadoras de Portugal e Espanha retomam esse ponto, mas lhe dão uma inflexão distinta. Ao investigar as configurações do urbano nas regiões lusitanas e espanholas, o historiador paulista argumenta que os portugueses teriam se alimentado de uma mentalidade mais plástica do que seus vizinhos peninsulares, posto que aberta para a adaptação e avessa ao fundacionismo geométrico e abstrato que marcaria as vilas espanholas na América. Nesse registro, o barroquismo que Romero tanto enfatiza como constituinte da mentalidade urbana americana – capaz de inventar sociedades fidalgas mais nobres e impermeáveis que as européias – talvez fosse “atenuada” em terras portuguesas sob a batuta de certo pragmatismo mais rotineiro e menos especulativo.

Nessa imaginação espacial peculiar, além da cidade ganhar significados distintos daqueles atribuídos por Schorske ao pensamento urbanista europeu, outras imagens foram mobilizadas para a representação dos dilemas modernos, tais como: sertão, fronteira, deserto, pampa, dentre outros. Entretanto, antes de mostrar como essas imagens são mobilizadas, é necessário ressaltar que o problema do espaço na imaginação periférica demanda não apenas a produção de uma cartografia intelectual específica, mas a própria desconstrução da norma moderna clássica. Este trabalho vem sendo feito das mais diferentes maneiras, datando ao menos da década de 60 do século passado, mas ganhou força com os chamados estudos “pós-coloniais”.

Nesse conjunto diversificado de estudos,² a periferia emerge como um lugar não apenas geográfico, mas intelectual. Os trabalhos de Edward Said (1990; 1999), intelectual de origem palestina, enfatizavam os fundamentos políticos e ideológicos que organiza-

vam a lógica binária que propiciou a construção do conceito de “Oriente”. Nesse registro, sua produção buscava desvelar as estratégias de poder e classificação que subjaziam à herança intelectual européia e possibilitavam um discurso sobre o outro que negava a este uma existência própria. Ao mesmo tempo, Said recusava opor ao discurso imperialista uma ideologia nativista orientada para a fixação de elementos “autênticos” e pré-coloniais. Na verdade, a perspectiva epistemológica explicitada em suas obras busca evidenciar o entrelaçamento das geografias e a articulação que dá sentido ao imperialismo. Isto é, trata-se de entender tanto o modo como o discurso do centro incorpora temas da resistência, quanto as formas pelas quais as teorias anticoloniais mobilizam repertório europeu e orientam suas interpretações para uma dimensão humana mais ampla. Essa perspectiva dá sentido à postulação de que a luta antiimperialista não se resume ao nacionalismo, mas vai para além dessa linguagem e se direciona para um discurso de liberação.

Da Índia surgiram interessantes trabalhos que questionam o estatuto das linguagens clássicas da ciência política européia (CHATTERJEE, 2001) – Estado-Nação, sociedade civil etc. – e demandam uma estratégia de “provincialização da Europa” (CHAKHARBARTY, 2000). Esses estudos são exemplares da produção associada aos chamados *Subaltern Studies*, alcunha atribuída a um grupo original de historiadores indianos que buscavam se afastar tanto das narrativas imperiais inglesas, quanto das narrativas marxistas e nacionalistas sobre o país. Inspirados pelos trabalhos de Ranajit Guha (1983) sobre o universo político do campesinato da Índia, um número significativo de intelectuais passou a questionar as categorias historicistas e organicistas que implicavam uma narrativa teleológica sobre a modernidade (uma dessas categorias, em especial, era “pré-político”, utilizada por Eric Hobsbawn em seus estudos sobre rebeliões e bandoleiros).

Ao evidenciarem as tensões existentes entre as formas institucionais produzidas pelo regime colonial e as dinâmicas sociais e culturais

que informavam a prática de camponeses e trabalhadores indianos, autores como Chatterjee vislumbraram os limites da linguagem política da modernidade europeia (liberalismo e nacionalismo, por exemplo) e sugeriram a possibilidade de se pensar o problema do moderno num registro não circunscrito por essa linguagem, mas delineado pelo amálgama de esferas políticas distintas.

Assim, no lugar de ver a periferia como uma coleção de casos tortos ou desviantes, os trabalhos reunidos sob a alcunha dos *Subaltern Studies* permitem a relativização da própria norma a partir de visões construídas nas margens. O extenso uso de metáforas e imagens geográficas na economia argumentativa de autores pós-coloniais – procedimento comum a boa parte do pós-estruturalismo, especialmente Foucault e Deleuze – não é gratuito. Indica o questionamento da narrativa histórica como forma de organizar nossa cognição sobre os homens e coisas, visto que esta abordagem clássica tenderia a privilegiar visões evolutivas, lineares e até metafísicas. O uso de uma reflexão espacial possibilita o deslocamento de explicações que postulam uma suposta lógica que dê sentido ao conjunto de fenômenos e discipline a diversidade de eventos e práticas. Refletir espacialmente, acrescento eu, abre as portas para pensar o diverso para além das grandes narrativas clássicas que vêem a periferia sob o signo de uma incompletude a ser realizada em algum momento futuro.

É por isso que em sociedades que se organizaram tardiamente em relação ao mundo clássico europeu – em especial aquelas dispersas em vastas porções territoriais – o uso de imagens espaciais é fato recorrente no imaginário social e político. O caso russo, por exemplo, é exemplar dessa tendência e encontra sua grande expressão no agrarismo revolucionário dos chamados movimentos “populistas” (VENTURI, 1981; BERLIN, 1988), que viam no mundo rural a possibilidade de uma afirmação alternativa do socialismo, desvinculada do caminho urbano-industrial europeu. Nos Estados Unidos, o tema da fronteira constituiu-se em questão central para os historiadores daquele país desde a publicação, em 1893,

do ensaio seminal de Frederick Jackson Turner, *The Significance of the Frontier in American History*. Esse ensaio ensejou uma gigantesca bibliografia sobre o lugar dos “espaços vazios” na formação do país (BARTLETT, 1974), além de consolidar uma discussão cujos efeitos extrapolariam a América. Apontando para a abordagem comparativa desse tema, o historiador americano Mark Bassin (1993) chamou a atenção para a leitura do tema estadunidense da “fronteira” na histo-riografia russa do século XIX, preocupada com o lugar dos imensos “espaços vazios” na produção de uma identidade nacional nova. Nesse registro, a Sibéria e o movimento migratório incessante dos eslavos pelo Leste assemelhar-se-iam ao expansionismo libertário dos americanos pelo Oeste, ambos os povos buscando experimentar formas de vida novas. Esse parentesco entre Rússia e Estados Unidos, embora estranho a princípio, não passou despercebido à própria *intelligentzia* russa, que via no vasto país da América do Norte o exemplo de uma sociedade jovem que se constituía sem pagar tributos aos parâmetros da velha civilização europeia. Como nota Bassin em outro texto (1991), esse parentesco estava no centro das preocupações de homens como Alexander Herzen.

Tampouco os intelectuais republicanos brasileiros deixaram de notar a emergência dessa estranha geografia comparada que aproximava territórios gigantes nas margens do mundo. Bruno Gomide (2004) comprovou a enorme receptividade do romance russo no Brasil e a fecundidade dos exercícios de aproximação ensejados por essa leitura, enquanto em minha tese (2006) procurei evidenciar como intelectuais “americanistas” também se mostravam entusiastas do exemplo da Rússia. Percebe-se, portanto, que a localização de uma imaginação periférica que desorganize os tradicionais modos de reflexão gerados na Europa (por exemplo, o binarismo Oriente x Ocidente) deve levar em conta o peso e a centralidade das imagens espaciais na elaboração dessas cartografias alternativas.³ Tudo se passa como se essa espacialização do pensamento oferecesse antídoto à uniformização produzida pela entronização

do tempo como categoria-chave da modernidade. Resta, então, inquirir como a vida intelectual brasileira tem se aproveitado dessa chave interpretativa para reabrir sua própria tradição.

Espaço, pensamento brasileiro e imaginação periférica

Essa seção busca inventariar brevemente alguns trabalhos e pesquisas que localizam no espaço e seus lugares elementos bons para pensar o Brasil e seus dilemas modernos, evidenciando o potencial teórico e analítico desse enquadramento. No âmbito da geografia, os trabalhos de Lia Osório Machado (2003) e Robert de Moraes (2002) produziram as melhores contribuições sobre o tema, ambos atribuindo conotação crítica à centralidade das imagens espaciais no Brasil. Na perspectiva de Machado, a apropriação feita pelos intelectuais republicanos brasileiros das teorias científicas europeias visava produzir condições para o “progresso” e a superação da “desorganização” do país, o que conduzia a um discurso centralizador e determinista. Já Moraes aponta para o autoritarismo presente nessas reflexões territorialistas, fenômeno característico de sociedades coloniais que tenderiam a naturalizar o espaço e identificá-lo a um projeto de poder estatal, obscurecendo os sujeitos subalternos desse processo.

No campo mais amplo das ciências sociais, em especial na sociologia da cultura, o problema espacial ganha outro tratamento, mas aberto às possibilidades interpretativas contidas no tema. Note-se que esses estudos vêm no bojo de um conjunto de questionamentos que visam desfazer as tradicionais linhas de separação entre pensamento brasileiro e sociologia, constituídas por leituras institucionalistas que optaram por reduzir o primeiro campo à rubrica do “ensaísmo”. Exemplar dessa perspectiva nova é o trabalho de Nísia Trindade Lima (1999), orientado para o exame do dualismo entre “litoral” e “sertão”, tido pela autora como fundamental para a imaginação dos pensadores da Primeira República. Seu livro contempla não apenas as narrativas clássicas – Euclides

da Cunha, Visconde de Taunay etc –, mas também a produção sociológica universitária, pós-década de 1930, atestando a persistência dessa matriz espacial na nossa imaginação. De acordo com Lima, o sertão ora ganhava registro negativo, tido como local de abandono e doenças, ora positivo, como símbolo de uma autenticidade nacional profunda e desconhecida. A autora também percebe a emergência de uma cartografia “alternativa”, tal como sugerida na seção anterior, pois enfatiza a associação entre os sertões, tidos como espaços de fronteira e lugares rudes e incipientes, a uma determinista experiência “americana”, distinta da fronteira européia representada pelas cidades litorâneas. Esse parentesco é trabalhado mais detidamente por Lucia Lippi Oliveira (2000) que, tendo por objeto os processos de construção da identidade nacional no Brasil e nos Estados Unidos, mostrou como as representações geográficas são centrais em ambos os países.

A aproximação entre Brasil e Américas também é enfatizada pelo trabalho de Robert Wegner (2000), que analisa a obra de Sérgio Buarque de Holanda à luz de seu livro *Caminhos e Fronteiras*. Wegner nota que a polaridade entre cordialidade e modernidade, tão realçada em *Raízes do Brasil*, é dissolvida nessa obra em que o tema americano da fronteira é traduzido pela aventura dos bandeirantes. Nesse registro, o movimento adaptativo desses homens implica uma racionalização do iberismo originário, conduzindo o Brasil ao reino do moderno por caminhos alternativos e não reiterativos das experiências européias centrais. Essa leitura ganha corpo teórico quando analisada à luz das contribuições de Luiz Werneck Vianna (1997) que por intermédio da categoria gramsciana de “revolução passiva”, inscreve a tradição ibérica brasileira na rota de uma geografia americana aberta ao moderno, mas que se processa de forma gradual e distante do paradigma da ruptura. Note-se que, a despeito de não estar primordialmente interessado no tema do espaço, Werneck Vianna concede atenção ao mesmo ao chamar a atenção para a centralidade do territorialismo na lógica de ação das elites políticas brasileiras.

A percepção de que as imagens espaciais periféricas podem estar associadas a uma matriz civilizatória periférica ganha refinamento na obra de Rubem Barboza Filho (2000) sobre o barroco ibérico. Ao estudar essa forma de filosofia política oposta ao universo liberal anglo-saxão, Barboza Filho evidenciou que o tema do espaço era fundamental para a constituição de uma linguagem hierárquica e “arquitetônica”, herdeira do tomismo e das concepções holistas que vicejaram na Península. Assim, enquanto o indivíduo proprietário e as trocas mercantis forneciam os pressupostos básicos da reflexão liberal, o barroco político analisado pelo autor escoraria numa ontologia marcada por comunidades ordenadas pela vontade do soberano, assemelhando-se a uma “cartografia” plena de sentido. Transplantada para o solo colonial, essa linguagem se depararia com os grandes espaços povoados por gentes e lógicas distintas e diversas, obrigando os homens ibéricos a um imenso esforço criador, capaz de reinventar tradições e modos de vida que preservassem o teor expressionista dos arranjos políticos a que estavam acostumados. Note-se que o problema dos vastos territórios ignotos – central para americanos e russos – também assombrou os responsáveis pela aventura colonial ibérica.⁴

O que se depreende de todos esses indícios? Em trabalho recente (MAIA, 2007), procurei evidenciar que essa centralidade do espaço na nossa imaginação está associada à produção de uma sociologia política periférica, e não a uma simples reificação autoritária que esvaziaria a dimensão histórica e conflituosa de nossa formação. Nesse registro, argumentei que o espaço pode conduzir a uma interpretação do nosso processo civilizador que destaque a *invenção* e a dimensão aberta de nosso processo modernizador. A expressão “Rússia Americana”⁵ buscava dar conta dessas características ao aproximar o Brasil de sociedades nas quais o espaço também foi associado à produção de novas experiências e a um processo de construção nacional que não replicava a economia moral do cidadão urbano europeu. Como se percebe, é possível vislum-

brar nas matrizes do nosso pensamento social elementos para uma teorização mais ampla.

Essa idéia – a articulação entre ensaísmo e teoria – deve estar no centro de uma agenda de pesquisas contemporânea sobre a nossa imaginação ilustrada, inclusive abrindo-se para a possibilidade de incluirmos entre nossos objetos o que se convencionou chamar de “sociologia rural”. Afinal, como já foi evidenciado por André Botelho (2007) em recente artigo, a sociologia política brasileira tem como ponto de passagem o problema da dialética entre ordem pública legítima e extensos mundos privados, estes geralmente radicados nos espaços dos grandes domínios agrários. Não à toa, são esses os locais tomados como referência por Maria Isaura de Queiroz e Vitor Nunes Leal, dois dos personagens mais relevantes nesse cruzamento entre sociologia política e sociologia rural. Há ainda um mundo de objetos, textos, intelectuais e ensaios a serem analisados sob essa ótica.

Finalmente, esses trabalhos nos sugerem a necessidade de ampliarmos o olhar sobre nossa tradição. Se o debate sobre o “americanismo” e o “iberismo” (WERNECK VIANNA, *op. cit*) ganhou enorme projeção nos últimos tempos e evidenciou o cosmopolitismo das matrizes intelectuais brasileiras, o esforço não deve se esgotar aí. Como procurei mostrar, a relação entre espaço e imaginação periférica ainda guarda inúmeros pontos a serem explorados, em especial aqueles voltados para outras fontes de reflexão distanciadas do eixo europeu clássico. Num momento em que a geopolítica global assiste a um forte realinhamento de culturas, sociedades e tradições, torna-se imperioso o reexame do pensamento social à luz de perspectivas que auxiliem na produção de novas cartografias do mundo. Se há quase cem anos nossos intelectuais foram ousados o suficiente para compararem o Brasil com a Rússia, por que motivo deveriam abdicar dessa empreitada?

Referências bibliográficas

- ALTHUSSER, Louis. *Montesquieu, a política e a história*. Tradução de Luiz Cary e Luiza Costa. Lisboa: Presença, 1972.
- ARAÚJO, Ricardo Benzaquen de. *Guerra e Paz: Casa Grande & Senzala e a obra de Gilberto Freyre nos anos 30*. Rio de Janeiro: Editora 34, 1994.
- BARBOZA FILHO, Rubem. *Tradição e Artificio. Iberismo e Barroco na formação americana*. Belo Horizonte: UFMG; Rio de Janeiro: IUPERJ, 2000.
- BARTLETT, Richard A. *The new country: a social history of the american frontier, 1776-1890*. London: Oxford University Press, 1974.
- BASSIN, Mark. Inventing Siberia: Visions of the Russian East in the early nineteenth-century. *The American Historical Review*, v. 96, n. 3, 1991.
- _____. Turner, Solovev and the 'Frontier Hypothesis': The Nationalist Signification of Open Spaces. *The Journal of Modern History*, v. 65, n. 3, setembro 1993.
- BERLIN, Isaiah. *Pensadores Russos*. Tradução de Carlos Eugênio Marcondes de Moura. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.
- BERMAN, Marshall. *Tudo que é sólido desmancha no ar. A aventura da modernidade*. Tradução de Carlos Felipe Moisés e Ana Maria Ioriatti. São Paulo: Companhia das Letras, 1986.
- BOTELHO, André Pereira. Sequências de uma sociologia política brasileira. *Revista Dados*, v. 50, 2007.
- CASSIRER, Ernest. *A Filosofia das formas simbólicas*. São Paulo: Martins Fontes, 2001.
- CHAKHARBARTY Dipesh. *Provincializing Europe: Postcolonial thought and historical difference*. New Jersey: Princeton University Press, 2000.
- CHATTERJEE, Partha. *Nationalist thought and the colonial world. A derivative discourse*. Minnesota: Minnesota University Press, 2001.
- COSTA, Sérgio. Desprovincializando a teoria social: a contribuição pós-colonial. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 21, n. 60, supl. 60, 2006.
- FOUCAULT, Michel. Outros Espaços. In: *Estética: Literatura e Pintura, Música e Cinema. Ditos e Escritos vol III*. Rio de Janeiro: Forense, 2001.
- GOMES, Edvânia Tôres Aguiar. Natureza e cultura - representações na paisagem. In: ROSENDAHL, Z. e R. L. CORRÊA (orgs.) *Paisagem, imaginário e espaço*. Rio de Janeiro: UERJ, 2001.
- GOMIDE, Bruno. *Da Estepe à Caatinga: o Romance Russo no Brasil*. Tese de doutoramento apresentada ao Departamento de Teoria Literária da UNICAMP. Campinas, 2004.

- GUHA, Ranajit. *Elementary aspects of peasant insurgency in colonial India*. Delhi: Oxford University Press, 1983.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 26ª edição, 1995.
- LEPENIES, Wolf. *As Três Culturas*. Tradução de Maria Clara Cescato. São Paulo: EDUSP, 1996.
- LIMA, Nísia Trindade. *Um Sertão chamado Brasil. Intelectuais e representação geográfica da identidade nacional*. Rio de Janeiro: Revan, 1999.
- MACHADO, Lia Osório. Origens do pensamento geográfico no Brasil: meio tropical, espaços vazios e a idéia de ordem (1870-1930). In: CASTRO, I. E.; COSTA GOMES, P. C. da; CORRÊA, R. L. (orgs.). *Geografia: conceitos e temas*. 5ª ed., Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.
- MAIA, João Marcelo Ehlert. *A Rússia Americana: a terra no pensamento social brasileiro*. Tese de doutoramento apresentada ao Programa de Pós-graduação em Sociologia do IUPERJ. Rio de Janeiro, 2006.
- _____. Espaço e pensamento brasileiro: a Rússia Americana nos escritos de Euclides da Cunha e Vicente Licínio Cardoso. *Dados*, v. 50, 2007.
- MELO, Vera Mayrinck. Paisagem e simbolismo. In: ROSENDAHL, Z. e CORRÊA, R.L. (orgs.). *Paisagem, imaginário e espaço*. Rio de Janeiro: UERJ, 2001.
- MITRE, Antonio. *O Dilema do Centauro: ensaios de teoria da história e pensamento latino-americano*. Belo Horizonte: UFMG, 2003.
- MORAES, Antonio Carlos Robert. *Território e história no Brasil*. São Paulo: Hucitec, 2002.
- OLIVEIRA, Lucia Lippi. *Americanos: representações da identidade nacional no Brasil e nos Estados Unidos*. Belo Horizonte: UFMG, 2000.
- RAMA, Angel. *A Cidade das letras*. Tradução de Emir Sader. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- RICOTTA, Lucia. *Natureza, ciência e estética em Alexander von Humboldt*. Rio de Janeiro: Mauad, 2003.
- RICOEUR, Paul. *Teoria da interpretação. O discurso e o excesso de significação*. Tradução de Artur Morão. Lisboa: Edições 70, 1987.
- ROMERO, José Luis. *América Latina: as cidades e as idéias*. Tradução de Bela Josef. Rio de Janeiro: UFRJ, 2004.
- SAID, Edward W. *Cultura e imperialismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

- _____. *Orientalismo: O Oriente como invenção do Ocidente*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
- SCHAMA, Simon. *Paisagem e Memória*. Tradução de Hildegard Feist. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- SCHORSKE, Carl. *Pensando com a História: indagações na passagem para o modernismo*. Tradução de Pedro Maia Soares. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- SEMPLE, Ellen Churchill. *Influences of Geographic Environment: On the basis of Ratzels' system of Anthro-geography*. Nova York: Henry Holt and Company, 1911.
- SIMMEL, Georg, *The Sociology of Space*. In: FRISBY, D. e FEATHERSTONE, M. (orgs.), *Simmel on Culture*. London/Thousand Oakes/New Dheli: Sage Publications, 1997.
- VENTURI, Franco. *El Populismo Ruso*. Madri: Alianza Editorial, 1981.
- WEGNER, Robert. *A conquista do Oeste: a fronteira na obra de Sérgio Buarque de Holanda*. Belo Horizonte: UFMG, 2000.
- WERNECK VIANNA, Luiz Jorge, *A revolução passiva*. Rio de Janeiro: Revan, 1997.
- WILLIAMS, Raymond. *O campo e a cidade: na história e na literatura*. Tradução de Paulo Henriques Britto. São Paulo: Companhia das Letras, 2ª reimpressão, 2000.

Notas

¹ Na ocasião, pesquisei os significados da “terra” nos escritos de Euclides da Cunha e Vicente Licínio Cardoso, atentando para o modo como essa imagem constituía uma forma de imaginação periférica que inscrevia o Brasil numa dinâmica civilizatória que nos aproximava da Rússia e dos Estados Unidos. Durante a pesquisa, pude atestar a centralidade do espaço no pensamento social brasileiro. A tese foi apresentada ao Instituto Universitário de Pesquisas e Estudos do Rio de Janeiro (IUPERJ) e será publicada pela editora Jorge Zahar no primeiro semestre de 2008.

² No dizer de Sérgio Costa (2006), os estudos pós-coloniais não compartilhariam uma matriz teórica única, assemelhando-se a um conjunto razoavelmente dispar de trabalhos orientados para a crítica dos essencialismos e binarismos que regulariam a modernidade européia.

³ Embora possa causar estranheza a localização dos Estados Unidos nessa matriz periférica alternativa, deve-se lembrar que este artigo mobiliza a “periferia” como categoria associada aos países que se formaram nos contornos dos grandes territórios distantes da Europa e que surgiam como nações “novas” aos olhos do mundo no início do século XX. Não se trata do conceito de periferia tal como delineado pelas teorias do imperialismo e da dependência. Essa dimensão alternativa da formação estadunidense não escapou a perspicazes autores marxistas, como Antonio Gramsci, que dedicou consideráveis páginas aos fenômenos do “americanismo” e do “fordismo”.

⁴ Segundo M. Bassin, o exemplo do colonialismo ibérico não escapou aos olhos da burocracia czarista do século XVIII, que via a proximidade desse universo com a Sibéria. Segundo ele, “A frequência com que a Sibéria era entendida no âmbito do colonialismo da Europa Ocidental era indicada pela prática comum de se referir a ela como ‘nosso Peru’ ou ‘nosso México’, um ‘Brasil russo’, ou mesmo ‘nossa Índia Oriental’, um hábito mental que persistiu no alto funcionalismo russo por boa parte do século XIX” (Bassin, 1991: 770)

⁵ Importante ressaltar que essa expressão, presente na primeira parte de *Casa Grande & Senzala*, foi utilizada mais recentemente por Ricardo Benzaquen de Araújo (1994), que também destacou a dimensão aberta e movente da formação social brasileira.

MAIA, João Marcelo E. Espaço, teoria social e pensamento brasileiro. *Estudos Sociedade e Agricultura*, outubro 2007, vol. 15 no. 2, p. 205-232. ISSN 1413-0580.

Resumo: (*Espaço, teoria social e pensamento brasileiro*). Este artigo procura apresentar uma agenda de pesquisa que venho desenvolvendo desde meu doutoramento, e que se orienta para uma discussão sobre o estatuto do espaço na teoria social e no pensamento brasileiro. Uma das hipóteses que sustento diz respeito à possibilidade de interpretarmos as imagens espaciais como modos de cognição da vida social, e não apenas categorias descritivas de cenários físicos. Além disso, sustento que essas imagens têm excepcional centralidade em sociedades não centrais, que se constituíram às margens da modernidade européia clássica. Também argumento que é possível analisar o pensamento social brasileiro a partir dessa chave analítica.

Palavras-chave: espaço, pensamento social brasileiro, modernidade.

Abstract. (*Space, Social Theory and Brazilian Social Thought*). This article seeks to present a research agenda under development by the author since his PhD and which is focused on a discussion about the role of “space” in social theory and Brazilian social thought. One of the theses which I sustain is related to the possibility of interpreting spatial images as cognitive modes of social life and not just descriptive categories of landscapes. Besides, I argue that these images perform a central role in non-central societies, which originated at the margins of European classical modernity. I also suggest that it is possible to analyze Brazilian social thought using this analytical tool.

Key words: space, Brazilian social thought, modernity.